

Legenda Preferida

HONESTIDADE. Esta é a qualidade que o povo brasileiro mais gostaria de encontrar hoje em seus políticos. Honestidade será o fator que mais influenciará o eleitor das capitais na escolha que fará a 15 de novembro próximo. O índice dos que a desejam chega em alguns lugares próximo da unanimidade, conforme revelam os dados da pesquisa eleitoral que o IBOPE acaba de realizar para o JORNAL DO BRASIL.

Honestidade era apenas um entre mais de uma dezena de itens em que se desdobrava a pergunta do pesquisador. Sondava-se a motivação do eleitor não só em relação à imagem do candidato, mas também no tocante aos temas da campanha e ao poder de convencimento de pessoas e entidades. Orientando-se nesse labirinto, o povo foi exatamente ao ponto que lhe interessava. Antes de tudo está de olho no comportamento dos políticos face à coisa pública.

Moralismo pequeno-burguês, como diagnosticaria um certo tipo de cientista político? Não, puro e simples cansaço de ser enganado. De sentir-se frustrado na medida em que confere mandatos pressupondo seu cumprimento com espírito cívico e constatando depois que, salvo as poucas exceções de sempre, são usados principalmente como instrumentos para a defesa e promoção dos interesses particulares dos mandatários.

De um modo geral, os políticos não parecem ter percebido ainda a rápida mudança que se está operando na cabeça dos eleitores. Se não tivessem tão embotada a sua sensibilidade para o que se passa na planície, teriam, por exemplo, agido de forma diferente no caso do **jeton** parlamentar, indevidamente pago aos ausentes. Ao invés, a prática foi defendida com denodo e êxito na semana passada.

Senadores e deputados — com algumas diferenças entre si — têm direito a casa de graça em Brasília, automóvel com motorista ou polpuda ajuda para o transporte diário, uma surpreendente verba de Cr\$ 3

milhões para comprar lápis e papel; fazem gratuitamente dezenas de ligações telefônicas e postam por conta da Casa centenas de cartas; contam com um corpo numeroso de servidores e podem ir várias vezes de avião aos seus Estados sem tirar um centavo do próprio bolso. E ainda por cima recebem um salário nada desprezível.

O salário em si até que não mereceria comentários mais ácidos, se não fosse tão distorcida a sua composição. A parte fixa, bem pequenina, é a única sobre a qual incide o Imposto de Renda. A variável, que é quase tudo, está defendida do leão, que morde vorazmente o comum dos mortais. A parte variável existe para estimular o comparecimento às sessões e, por lei, só deveria ser paga mediante a comprovação de presença; na verdade é paga como um fixo, quer o parlamentar tenha ido ao Congresso, quer esteja no seu Estado ou na Lua.

São ilegalidades e privilégios autoconcedidos, como o **jeton** parlamentar ao ausente, o que leva o povo a fazer da **Honestidade** a sua legenda preferida. Os políticos ficam desatentos a essa escolha e comportam-se como se a situação atual nunca fosse acabar. Os parlamentares, especificamente, fazem-se surdos às queixas populares talvez por estarem a imaginar que as próximas eleições, sendo municipais, não os atingirão com seus resultados. É bom não esquecer que depois deste novembro virá outro novembro e que no segundo se escolherão constituintes e legisladores.

Se essa decisiva eleição de 1986 se fizer ainda pelo método tão anti-representativo da proporcionalidade, não há dúvida de que em 1987 alguns dos atuais gazeteiros do Congresso lá estarão de volta e poderão continuar a rir do povo. Mas é também conveniente não esquecer que o voto proporcional não vai durar para sempre. Mais dia, menos dia ele cederá lugar à transparência do distrito eleitoral. E então soará para os insensíveis a hora da verdade.